

Anuário Estatístico da Previdência Social 2010

LISTA DE LEIS

1919 a 1999

Lei nº 3.724/19	Dispôs, pela primeira vez, sobre o seguro de acidentes do trabalho (15/01/1919).
Decreto-Lei nº 4.682	Criou as Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Ferroviários. Conhecida como Lei Elói Chaves (24/01/1923).
Decreto nº 20.465	Estendeu o regime previdenciário a todos os empregados das empresas de serviço público: água, esgoto, luz, força, gás, telefone e telégrafos (1/10/1931).
Lei nº 593	Dispôs sobre a aposentadoria dos ferroviários aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço (24 /12/1948).
Lei nº 1.756	Permitiu que o recolhimento das contribuições e a percepção dos benefícios fosse baseada na remuneração efetivamente percebida pelo segurado ex-combatente (11/12/1952).
Lei nº 3.373	Dispôs sobre o Plano de Assistência ao Funcionário Federal e sua família (12/03/1958).
Lei nº 3.807	Chamada Lei Orgânica de Previdência Social (26 de agosto de 1960). Foi regulamentada pelo Decreto nº 48.959-A (27/09/1960).
Lei nº 5.316	Integrou a cobertura dos acidentes do trabalho na Previdência Social (14/09/1967).
Decreto-Lei nº 564	Criou o Plano Básico de Benefícios de Previdência Social Rural inicialmente para empregados do setor agrário da agroindústria canavieira (11/05/1969).
Decreto nº 956	Dispôs sobre a aposentadoria dos servidores públicos e autárquicos cedidos à Rede Ferroviária Federal S.A., bem como dos seus empregados em regime especial (13/10/1969).
Lei Complementar nº 11	Instituiu o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (25/05/1971).
Lei nº 6.179	Criou as rendas mensais vitalícias (11/12/1974).
Decreto nº 73.833	Dispôs sobre a transferência para o INPS do encargo dos pagamentos da complementação da pensão especial instituída pela Lei nº 3.738 (04/04/60) e do salário-família, devidos pelo Tesouro Nacional as viúvas e dependentes de funcionários civis pensionistas (13/03/1974).
Decreto nº 77.077	Expediu a Consolidação das Leis da Previdência Social (24/01/1976).
Lei nº 6.435	Definiu as diretrizes básicas da Previdência Complementar (15/07/1977).
Decreto nº 81.240	Regulamentou a Lei nº 6.435/77 (20/01/1978).

Lei nº 6.683	Instituiu a anistia às pessoas que foram des-tituídas do emprego e de direção ou representação classista por Atos Institucionais ou Complementares (28/08/1979).
Emenda Constitucional nº 18	Instituiu a aposentadoria por tempo de serviço de professor (30/06/1981).
Lei nº 7.004	Instituiu o Programa de Previdência Social aos Estudantes (24/06/1982).
Lei nº 7.070	Dispôs sobre a pensão especial para os deficientes físicos portadores de síndrome da talidomida (20/12/1982).
Lei nº 7.986	Instituiu os benefícios para o seringueiro recrutado para trabalhar, durante a Segunda Guerra Mundial, nos seringais da Amazônia. (28/12/1989).
Lei nº 8.212	Instituiu o novo Plano de Custeio da Previdência Social (24/07/1991).
Lei nº 8.213	Instituiu o novo Plano de Benefícios da Previdência Social. Foi regulamentada pelos Decretos nº 357 e nº 611 (7 de dezembro de 1991 e 21 de julho de 1992, respectivamente). (24/07/1991).
Decreto nº 357	Dispôs sobre o Regulamento dos Benefícios da Previdência Social. (7/12/1991).
O. S. INSS/DISES nº 078	Tratou dos atos normativos sobre benefícios, considerando a Lei nº 8.213/91 e os Decretos que a regulamentaram (9 de março de 1992). Teve efeito retroativo a 25 de julho de 1991.
Decreto nº 611	Deu nova redação ao Decreto nº 357. (21/07/1992).
Decreto nº 612	Dispôs sobre o Regulamento do Custeio da Previdência Social (21/07/1992).
Medida Provisória nº 381	Extinguiu o abono de permanência em serviço 25% e os pecúlios (6/12/1993).
Lei nº 8.742	Dispôs sobre a organização da Assistência Social (7/12/1993).
E. C. de Revisão nº 1	Instituiu o Fundo Social de Emergência nos exercícios financeiros de 1994 e 1995. (1/03/1994).
Lei nº 8.861	Estendeu a concessão do salário-maternidade às trabalhadoras rurais (25/03/1994).
Lei nº 8.870	Regulamentou a Medida Provisória nº 381/93 (15/04/1994).
Decreto nº 1.744	Extinguiu as rendas mensais vitalícias, o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral. Regulamentou o amparo assistencial devido à pessoa portadora de deficiência e ao idoso (8/12/1995).
Lei nº 9.032	Regulamentou a implantação do auxílio-acidente e revogou os pecúlios acidentários (28/04/1995).
Decreto nº 2.172	Aprovou o novo Regulamento dos Benefícios da Previdência Social (5/03/1997).
Decreto nº 2.173	Aprovou o novo Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social. (5/03/1997).
Decreto nº 9.732	Alterou dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91 e da Lei nº 9.317, de 05/12/96. (11/12/1998).
Emenda Constitucional nº 20	Modificou o sistema de previdência social, estabeleceu normas de transição. (15/12/1998)

Lei nº 9.783	Dispôs sobre a contribuição para o custeio da Previdência Social dos servidores público, ativos e inativos e dos pensionistas dos três Poderes da União. (28/01/1999).
Emenda Constitucional nº 21	Prorrogou, alterando a alíquota, a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF. (18/03/1999).
Decreto nº 3.039	Alterou os artigos 30 a 33 do Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social, aprovado pelo Decreto nº 2.173, de 05/03/97. (28/04/1999).
Decreto nº 3.048	Aprovou o Regulamento da Previdência Social. (6/05/1999).
Decreto nº 3.112	Dispõe sobre a regulamentação da Lei 9.796, de 5mai99, que versa sobre compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria. (6/07/1999).
Decreto nº 3.142	Regulamentou a contribuição social do salário-educação, prevista no art. 212, § 5º, da Constituição, no art. 15 da Lei nº 9.424, de 24/12/96 e na Lei nº 9.766, de 18/12/98. (16/08/1999).
Decreto no 3.217	Altera dispositivos do Decreto no 3.112, de 6/07/1999. (22/10/1999).
Lei nº 9.849	Altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9dez93, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público. (26/10/1999).
Lei nº 9.876	Dispôs sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual o cálculo do benefício e alterou dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91. (26/11/1999).
Decreto nº 3.265	Alterou o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. (29/11/1999).

2000

Decreto nº 3.431	Regulamenta a execução do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. (24/04/2000).
Decreto nº 3.469	Dispõe sobre a contratação de operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, de que tratam os Decretos nº 2.936, de 11/01/99; nº 3.263, de 25/11/99; e, nº 3.399, de 31/03/2000. (18/05/2000).
Lei nº 9.983	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7/12/40 – Código Penal (apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária). (14/06/2000).
Decreto nº 3.641	Dispõe sobre a contratação de operações de crédito ao amparo do Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, de que tratam os Decretos nºs 2.936, de 11/01/99; 3.263, de 25/11/99 e 3.469, de 18/05/2000. (25/10/2000).
Decreto nº 3.668	Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. (22/11/2000).
Lei nº 10.147	Dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor

Público – PIS/PASEP, e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, nas operações de venda dos produtos que especifica. (21/12/2000).

Lei nº 10.170

Acrescenta parágrafos ao art. 22 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, dispensando as instituições religiosas do recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre o valor pago aos ministros de confissão religiosa, membros de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa. (29/12/2000).

2001

Decreto nº 3.721

Altera o Decreto nº 81.240, de 20/01/78. (8/01/2001).

Lei nº 10.189

Dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS. (14/02/2001).

Lei nº 10.192

Dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real e dá outras providências. (14/02/2001).

Lei nº 10.199

Dá nova redação aos arts. 6º e 9º da Lei nº 8.019, de 11/04/90, e acresce dispositivo à Lei nº 9.365, de 16/12/96. (14/02/2001).

Decreto nº 3.788

Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. (11/04/2001).

Lei Complementar nº 108

Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências. (29/05/2001).

Lei Complementar nº 109

Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. (29/05/2001).

Lei nº 10.256

Altera a Lei nº 8.212, de 24/07/91, a Lei nº 8.870, de 15/04/94, a Lei nº 9.317, de 05/12/96, e a Lei nº 9.528, de 10/12/97. (9/07/2001).

Lei nº 10.266

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002. (24/07/2001).

Decreto no 3.969

Estabelece normas gerais sobre o planejamento das atividades da administração previdenciária em matéria fiscal e para a execução de procedimentos fiscais com vistas à apuração e cobrança de créditos previdenciários. (15/10/2001).

Decreto nº 4.032

Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. (26/11/2001).

Lei nº 10.312

Dispõe sobre a incidência das Contribuições para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas operações de venda de gás natural e de carvão mineral. (27/11/2001).

2002

Lei nº 10.421

Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (15/04/2002).

Decreto nº 4.206

Dispõe sobre o regime de previdência complementar no âmbito das entidades fechadas. (23/04/2002).

- Lei nº 10.478** Dispõe sobre a complementação de aposentadorias de ferroviários de Rede Ferroviária Federal S. A. – RFFSA, em liquidação. (28/06/2002).
- Lei nº 10.483** Cria a carreira da Seguridade Social e do Trabalho. (3/06/2002).
- Lei nº 10.548** Altera a Lei nº 10.147, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a incidência da contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio – PIS-PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins, nas operações de venda dos produtos que especifica. (13/11/2002).
- Lei Complementar nº 115** Altera as Leis Complementares nº 87, de 13 de setembro de 1996 e nº 102, de 11 de julho de 2000. (26/12/2002).
- Lei nº 10.637** Dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança da contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor público (PASEP), nos casos que especifica; sobre o pagamento e o parcelamento de débitos tributários federais, a compensação de créditos fiscais, a declaração de inaptidão de inscrição de pessoas jurídicas, a legislação aduaneira, e dá outras providências. (30/12/2002).

2003

- Lei nº 10.666** Dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências. (08/05/2003).
- Lei nº 10.676** Dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS devidas pelas sociedades cooperativas em geral. (22/05/2003).
- Decreto nº 4.709** Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a partir de 01/06/03. (29/05/2003).
- Decreto nº 4.712** Dá nova redação ao artigo 36 do Decreto nº 1.744, de 08/12/95, que regulamenta o benefício de prestação continuada devida a pessoa portadora de deficiência e a idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 07/12/93. (29/05/2003).
- Lei nº 10.684** Altera a legislação tributária, dispõe sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social. (30/05/2003).
- Decreto nº 4.729** Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. (10/06/2003).
- Lei nº 10.699** Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 01/04/03. (09/07/2003).
- Lei nº 10.710** Altera a Lei nº 8.213, de 24/07/91, para restabelecer pagamento, pela empresa, do salário-maternidade devido à segurada empregada gestante. (05/08/2003).
- Decreto nº 4.827** Altera o art. 70 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. (03/09/2003).
- Lei nº 10.736** Concede remissão de débito previdenciário do período de abril de 1994 a abril de 1997, em face do recolhimento com base na Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, pelas agroindústrias. (15/09/2003).

Lei no 10.741	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. (01/10/2003).
Decreto nº 4.862	Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. (21/10/2003).
Decreto nº 4.882	Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. (18/11/2003).
Medida Provisória nº 138	Altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24/07/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. (19/11/2003).
Emenda Constitucional nº 41	Modifica artigos da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98 e fixa o limite máximo de R\$ 2.400,00 para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social e dá outras providências. (19/12/2003).

2004

Decreto nº 4.961	Regulamenta o art. 45 da Lei nº 8.112, de 11/12/90, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União. (20/01/2004).
Decreto nº 4.965	Fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas do PIS/PASEP e da COFINS de que tratam os arts. 51 e 52, da Lei nº 10.833/03. (29/01/2004).
Lei nº 10.839	Altera e acresce dispositivo à Lei nº 8.213, de 24/07/91, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. (05/02/2004).
Decreto nº 5.061	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a partir de 01/05/04. (30/04/2004).
Lei nº 10.877	Altera a Lei nº 7.070, de 20/12/82, que dispõe sobre pensão especial para os deficientes físicos que especifica. (04/06/2004)
Decreto nº 5.109	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI. (17/06/2004).
Lei nº 10.887	Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, altera dispositivos das Leis nº 9.717, de 27/11/98; nº 9.783, de 28/01/99; nº 8.213, de 24/07/91 e nº 9.532, de 10/12/97. (18/06/2004).
Lei nº 10.888	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 01/05/04 e dá outras providências. (24/06/2004).
Decreto nº 5.180	Altera dispositivo do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99. (13/08/2004).
Lei nº 10.953	Altera o art. 6º da Lei nº 10.820, de 17/12/03, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento. (27/09/2004).
Lei nº 10.996	Altera a legislação tributária federal e as Leis nº 10.637, de 30/12/02 e nº 10.833, de 29/12/03. (15/12/2004).
Lei nº 10.999	Autoriza a revisão dos benefícios previdenciários concedidos, com data de início posterior a fevereiro de 1994, e o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica. (15/12/2004).

2005

- Lei nº 11.098** Atribui ao Ministério da Previdência Social competências relativas à arrecadação, fiscalização, lançamento e normatização de receitas previdenciárias; autoriza a criação da Secretaria da Receita Previdenciária no âmbito do referido Ministério; altera as Leis nº 8.212, de 24/07/91, nº 10.480, de 02/07/02, nº 10.683, de 28/05/03, e dá outras providências. (13/01/2005).
- Decreto nº 5.399** Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. (24/03/2005).
- Decreto nº 5.404** Dispõe sobre o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e dá outras providências. (28/03/2005).
- Decreto nº 5.443** Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a partir de 1º de maio de 2005. (09/05/05).
- Emenda Constitucional no 47** Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a Previdência Social, e dá outras providências. (05/07/2005).
- Decreto nº 5.511** Regulamenta o disposto no art. 19, § 1º da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, e atribui competência aos Ministérios da Previdência Social e da Fazenda. (15/08/2005).
- Decreto nº 5.545** Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e dá outras providências. (22/09/2005)

2006

- Decreto nº 5.699** Acresce e altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. (13/02/2006).
- Decreto nº 5.756** Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, a partir de 1º de abril de 2006. (13/04/2006).
- Lei nº 11.321** Dispõe sobre o salário-mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 03 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 09 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei nº 2.351, de 07 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 06 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001. (07/07/2006).
- Decreto nº 5.844** Acresce parágrafos ao art. 78 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999. (13/07/2006).
- Lei nº 11.324** Altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.859, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivo da Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949. (19/07/2006).

- Decreto nº 5.872** Dispõe sobre o aumento, a partir de 1º de agosto de 2006, dos benefícios mantidos pela Previdência Social com data de início igual ou anterior a 31 de março de 2006. (11/08/2006).
- Lei nº 11.368** Prorroga, para o trabalhador rural empregado, o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (09/11/2006).
- Lei nº 11.430** Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 9.796, de 05 de maio de 1999, aumenta o valor dos benefícios da Previdência Social; e revoga a Medida Provisória nº 316, de 11 de agosto de 2006; dispositivos das Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 8.444, de 20 de julho de 1992, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e a Lei nº 10.699, de 09 de julho de 2003. (26/12/2006).

2007

- Decreto nº 6.019** Institui o Fórum Nacional da Previdência Social e dá outras providências (22 de janeiro de 2007).
- Decreto nº 6.032** Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, referentes ao contencioso administrativo fiscal previdenciário dos processos relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e as devidas, por lei, a terceiros, bem como adota outras providências (1º de fevereiro de 2007).
- Decreto nº 6.042** Altera o Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico, e dá outras providências (12 de fevereiro de 2007).
- Lei nº 11.457** Dispõe sobre a Administração Tributária Federal; altera as Leis nºs 10.593, de 06 de dezembro de 2002; 10.683, de 28 de maio de 2003; 8.212, de 24 de julho de 1991; 10.910, de 15 de julho de 2004; o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e o Decreto nº 70.235, de 06 de março de 1972; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991; 10.593, de 06 de dezembro de 2002; 10.910, de 15 de julho de 2004; 11.098, de 13 de janeiro de 2005; e 9.317, de 05 de dezembro de 1996; e dá outras providências (16 de março de 2007).
- Decreto no 6.106** Dispõe sobre a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, altera o Decreto no 3.048, de 06 de maio de 1999, que aprova o Regulamento da Previdência Social – RPS, e dá outras providências (30 de abril de 2007).
- Decreto nº 6.122** Dá nova redação aos arts. 97 e 101 do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 (13 de junho de 2007).
- Decreto nº 6.164** Dispõe sobre a antecipação do abono anual devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social, no ano de 2007 (20 de julho de 2007).
- Decreto nº 6.168** Regulamenta a Medida Provisória nº 373, de 24 de maio de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (24 de julho de 2007).

- Lei nº 11.520** Dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios(18 de setembro de 2007).
- Decreto nº 6.208** Dá nova redação ao parágrafo único do art. 181-B do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999 (18 de setembro de 2007).
- Decreto nº 6.214** Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999, e dá outras providências (26 de setembro de 2007).
- Decreto nº 6.215** Estabelece o Compromisso pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, com vistas à implementação de ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte da União Federal, em regime de cooperação com Municípios, Estados e Distrito Federal, institui o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD, e dá outras providências (26 de setembro de 2007).
- Decreto nº 6.224** Altera disposições do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, referentes à cobrança de juros sobre contribuições em atraso e ao recurso de ofício em processos administrativos versando sobre contribuições previdenciárias (04 de outubro de 2007).
- Decreto nº 6.248** Regulamenta o art. 12, parágrafo 4º, da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 (25 de outubro de 2007).
- Decreto nº 6.257** Dá nova redação aos arts. 4º e 5º do Decreto nº 6.042, de 12 de fevereiro de 2007, que altera o Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP e do Nexo Técnico Epidemiológico (19 de novembro de 2007).

2008

- Decreto nº 6.384** Dá nova redação ao § 6º do art. 16 do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99.
- Lei nº 11.665** Altera o art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24/07/91, modificando a data de pagamento dos benefícios da Previdência Social.
- Lei nº 11.718** Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 08/06/73, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24/09/07; e altera as Leis nºs 8.171, de 17/01/91, 7.102, de 20/06/93, 9.017, de 30/03/95, e 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91.
- Decreto nº 6.564** Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26/09/07, e dá outras providências.
- Lei nº 11.775** Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário; altera as Leis nºs 11.322, de 13/07/06, 8.171, de 17/01/91, 11.524, de 24/09/07, 10.186, de 12/02/01, 7.827, de 27/09/89, 10.177, de 12/01/01, 11.718, de 20/06/08, 8.427, de

27/05/92, 10.420, de 10/04/02, o Decreto-Lei nº 79, de 19/12/66, e a Lei nº 10.978, de 07/12/04; e dá outras providências.

Lei Complementar nº 128

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, altera as Leis nºs 8.212, de 24/07/91, 8.213, de 24/07/91, 10.406, de 10/01/02 – Código Civil, 8.029, de 12/04/90, e dá outras providências.

Decreto no 6.722

Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99.

2009

Decreto nº 6.857

Altera o art. 303 do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99, referente ao Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS.

Decreto nº 6.900

Acresce o art. 14-A ao Decreto nº 3.112, de 06/07/09, que regulamenta a Lei nº 9.796, de 05/05/99, e dá outras providências.

Decreto nº 6.939

Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99.

Decreto nº 6.945

Altera o Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99, em conformidade com o disposto no art. 14 da Lei nº 11.774, de 17/09/08, que trata da redução das alíquotas da Contribuição Previdenciária.

Decreto nº 6.957

Altera o Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99, no tocante à aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção – FAP.

Decreto nº 7.054

Altera o § 1º do art. 11 do Regulamento da Previdência Social - RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06/05/99.

2010

Lei nº 12.190

Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras providências.

Decreto nº 7.126

Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, no tocante ao procedimento de contestação do Fator Acidentário de Prevenção.

Lei nº 12.254

Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011 e altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Lei nº 12.255

Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010, estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023 e revoga a Lei nº 11.944, de 28 de maio de 2009.

Decreto nº 7.223

Altera os arts. 19 e 169 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, e o art. 3º do Decreto nº 6.722, de 30 de dezembro de 2008.

Decreto nº 7.235

Regulamenta a Lei nº 12.190, de 13 de janeiro de 2010, que concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.

Decreto nº 7.331

Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999.